

Retrato do **BRASIL**⁴

fascículo mensal | R\$ 9,90 | www.oficinainforma.com.br

CARNAVAL É UMA FESTA DEMOCRÁTICA



*- Bem, Maria... a folia acabou! Agora eu volto
a ser madame e você a empregada.*

CLASSES SOCIAIS **Um país proletário e mais pobre**

INFLAÇÃO 30 anos de descontrole • TELEFONIA Monopólio privado • AGRICULTURA A terra comprometida



Maria Lucia Fattorelli Carneiro

A opção equivocada

Saímos da ditadura militar e caímos na ditadura do capital. O grande desafio é participar da construção de outro modelo, voltado para os interesses do povo

A OPÇÃO PELA FORMA MAIS agressiva do capitalismo neoliberal comandou a onda de medidas econômicas e reformas de Estado iniciadas por Collor, efetivadas por FHC e aprofundadas por Lula. De costas para os interesses do povo brasileiro e subservientes aos interesses do capital, implementaram medidas que impediram o crescimento econômico sustentável, acirraram desigualdades sociais e fizeram a dívida pública aumentar e se tornar o carro-chefe das decisões centrais. Saímos da ditadura militar e caímos na ditadura do capital.

Desde a crise de endividamento externo dos anos 1980 – provocada pela elevação unilateral dos juros pelos Estados Unidos, aliada à irresponsabilidade dos que a contrataram a taxas flutuantes – até a explosão do novo ciclo de endividamento da década de 1990, decorrente do Plano Real, a história econômica brasileira pode ser resumida como um caso de usura. Esse obscuro processo de endividamento passou a justificar o sacrifício: modelo agrícola voltado para a exportação, em detrimento da urgente reforma agrária; privatizações de empresas estratégicas e lucrativas; elevação das taxas de juros; aumento da carga tributária, aliado a cortes de investimentos e gastos sociais para cumprir as metas de superávit primário.

Esse endividamento ilegal e ilegítimo é o responsável pela transferência para o exterior de quantias superiores às que tomamos emprestado – e, ainda assim, a auditoria prevista na Constituição de 1988 não foi realizada. O comprometimento de recursos, tanto das exportações como dos orçamentos estatais, é cada vez maior, inviabilizando investimentos e o atendimento de necessidades vitais da sociedade – emprego, saúde, educação, moradia, segurança, infra-estrutura.

A vulnerabilidade e a dependência do País ficaram caracterizadas pela submissão às medidas do Consenso de Washington, implementadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, especialmente através de reformas neoliberais. Merecem destaque a da Previdência, que significou maior privilégio para os fundos de pensão e para o sistema financeiro, às custas da retirada de direitos dos trabalhadores e do enfraquecimento do Esta-

do; a Lei de Falências, que inverteu a ordem de preferência dos créditos, beneficiando instituições financeiras; e a Reforma Cambial, que trouxe liberdade total para a movimentação de capitais, consolidando a fama do Brasil como rota de lavagem de dinheiro.

Do ponto de vista tributário, o sonho de justiça que alimentávamos há vinte anos, quando lutávamos pelo fim da ditadura, passava por um modelo capaz de distribuir renda, tributando de forma progressiva os que detinham maior capacidade contributiva, conforme princípios da Constituição Federal.

Aquele sonho se transformou em pesadelo. A partir da década de 1990, o modelo está cada vez mais injusto, regressivo e concentrador de renda: trabalhadores confiscados devido à falta da correção anual da tabela do imposto de renda e da revogação de deduções; tributação pesada sobre o consumo, que atinge até produtos da cesta básica; ameaça ao pacto federativo pela criação de contribuições federais não-compartilhadas com Estados e municípios, além da proposta de federalização do ICMS. De outro lado, isenções para fortunas, distribuição de lucros, aplicações em Bolsa de Valores e quaisquer remessas ao exterior. Benesses para o sistema financeiro, que vem batendo recordes de lucros! E os crimes do colarinho branco têm sido beneficiados por amarras ao trabalho fiscal e o enfraquecimento da legislação punitiva.

O resultado desse modelo é o aumento da sonegação fiscal, a deterioração da cidadania e a brutal concentração de renda, responsável pela vergonhosa posição do Brasil no Relatório da ONU de 2005: somos quase o campeão mundial em desigualdade e estamos perdendo feio no ranking do respeito aos direitos humanos.

Os programas compensatórios implementados têm sido meros paliativos demagógicos e ferem a dignidade do cidadão.

O grande desafio é fortalecer o tecido social, para que todos, de forma consciente, possamos nos mobilizar e participar da construção de outro modelo, voltado para os interesses do povo.

Maria Lucia Fattorelli Carneiro vice-presidente do Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal)